

Militares estrangeiros interessados nas campanhas portuguesas de África

Fomos “alunos” da Argélia, agora pedem-nos “explicações”...

OJ 20/5/66

O livro recentemente publicado pelo Estado-Maior do Exército, que inicia uma série de sete volumes sobre a guerra colonial, está a despertar interesse e a ser procurada mesmo por militares de outros países, confirmou a «O Jornal» o general Themudo Barata, que preside à Comissão para o Estudo das Campanhas de África de 1961/74. Esta comissão espera poder fazer sair, até ao fim do ano, os volumes sobre as Cartas de Situação (Dispositivo Militar) nos três teatros de operações e um outro sobre Doutrina de Manobra Contra-Subversiva.

Foi este tipo de linguagem que, antes do mais, chamou a atenção de vários comentadores. O texto não está «saneado», para usarmos aqui uma expressão típica do verão quente da nossa descolonização. Pelo contrário, serve-se sem eufemismos da terminologia do regime deposto.

«As armas portuguesas fizeram valer os seus direitos», «pacificadas as áreas sublevadas», «os poderosos agentes da subversão», desenvolvimento dos territórios «para manter as populações impermeáveis à acção do inimigo e subtrair mesmo algumas ao seu controlo» — são conceitos e modos de dizer que se apanham a cada passo no livro já publicado.



General Themudo Barata
«nothing personal...»

O general Themudo Barata defende que se trata da utilização de termos «que não têm carga emocional, mas técnica». Fala destas matérias, e desta maneira de as abordar, como

científicas, de uma ciência militar em que Portugal teve parte como experimentador recente, e cujos documentos têm interesse universal. Admite, quando muito, que «o livro pode ter

expressões infelizes, mas não tem nenhuma carga pessoal» e foi escrito «sabendo que ia ser lido por todos, incluindo o nosso anterior adversário.»

*Países socialistas
querem comprar o livro*

No início da guerra colonial, segundo conta, fomos beber doutrina de manobra contra-subversiva onde ela havia — o exemplo mais próximo era o da Argélia. A contribuição específica portuguesa, que parece interessar a observadores militares de todos os quadrantes (também as Embaixadas de países socialistas telefonam para o Serviço Histórico-Militar a perguntar onde podem comprar o livro), foi em duas áreas principais: a própria manobra das nossas forças, no terreno, e a articulação com os outros quatro vectores de uma estratégia coordenada — o diplomático, o económico, o político e o psicológico.

Quanto à definição de luta subversiva — diz o general Themudo Barata — «não inventámos nada.» Mais coisa menos coisa, utiliza-se uma descrição universal de guerra subversiva, em cinco fases: 1. organização clandestina; 2. primeiras manifestações de agitação; 3. actos isolados de terrorismo; 4. subversão violenta,

com ataques de guerrilha; 5. áreas libertadas e guerra convencional.

Por exemplo, quando na pág. 113 se diz que a «subversão violenta» começou em Moçambique no ano tal, isso quer dizer que a luta, naquele território, passou do ponto 3. para o ponto 4. Nada mais.

«Um profissional, quando faz a guerra por dever, não o move nenhuma animosidade» — diz o general Themudo Barata.

Quanto ao interesse por parte de militares estrangeiros, não nomeia qualquer país em especial, dizendo apenas que, nos contactos informais entre militares, «sente-se que há interesse» pelo caso português, em que a doutrina foi consolidada por uma prática de treze anos. Os oficiais portugueses que vão frequentar cursos ao estrangeiro, por exemplo, são geralmente convidados a falar da sua experiência africana. «Que a nós já não interessa, mas interessa a todas as potências com projecção mundial onde estes problemas podem surgir.»

A questão que se lhes põe é a seguinte: como é que um País pobre, e com um Exército comparativamente fraco, aguentou tanto tempo três frentes de guerra? Somo um caso a estudar...

S. O.